

1MACRO 1MICRO

PROTÓTIPOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMO MACRO E MICRO URBANISMOS
PODEM COOPERAR?
CONVERSAS SOBRE GESTÃO COMPARTILHADA
DE ESPAÇOS PÚBLICOS.

A CIDADE
PRESS

Pensar como vários atores urbanos podem cooperar para fazer cidades melhores certamente é um dos desafios que temos à nossa frente. Hoje não são muitos os modelos que possibilitam uma cooperação simétrica entre cidadãos, instituições e poder público.

No mundo, estamos vivendo a multiplicação de grupos de cidadãos que querem cuidar de seus espaços públicos, exercer seu direito à cidade, reclamar o direito de usar o que é público. Uma vez que esses grupos ativam esses espaços e os tornam espaços comuns através de relações de vizinhança, qual o papel do poder público para seu suporte e garantia da infraestrutura necessária? O que se pode aprender com eles para que sua experiência possa ser amplificada a partir de políticas públicas?

A gestão compartilhada de espaços públicos é o foco das conversas do MACROMICRO, que traz convidados envolvidos em projetos que pensam e exercitam iniciativas de cooperação entre população e poder público na gestão de espaços públicos comuns, sendo discutidas boas práticas e dificuldades frequentes dessas experiências concretas. Também são discutidas questões pertinentes relacionadas,

como qual seria o papel ético possível na contribuição por parte da iniciativa privada nesses processos.

Como experimentar e inovar dentro do poder público em parceria com a população e quais são modelos possíveis para cooperação estão no centro da pesquisa do A Cidade Precisa de Você em relação à gestão compartilhada. No Brasil, já é conhecida a PPP – parceria público privada, que é apontada por muitos como única solução possível para as limitações estatais. Acreditamos que há muitos outros modelos a serem testados, focados na população. Pesquisamos formas possíveis de PPS – parceria público social, que, centradas em uma relação justa entre sociedade civil e poder público, são feitas de participação, coerção e gestão compartilhada do que é público e comum.

A regulamentação de modelos e sua prototipagem está acontecendo em todo o mundo, como, por exemplo, em Bologna, a *Regulation On Collaboration Between Citizens And The City For The Care And Regeneration Of Urban Commons*, ou em Madrid, com o desenvolvimento do *Marco Común: Espacios de Gestión Ciudadana de Madrid*.

MACRO MICRO

PROTÓTIPOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em São Paulo, por iniciativa do Goethe-Institut e do Laboratório para Outros Urbanismos, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, foi realizado, entre 15 e 17 de fevereiro de 2016, o *Seminário Enquanto Isso: Políticas Públicas para Espaços Transitórios*. Com a participação da Prefeitura Municipal de São Paulo – gestão Haddad, da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados e sistematização da publicação feita pelo A Cidade Precisa de Você, o seminário *Enquanto Isso* e sua publicação jogaram uma luz sobre a gestão compartilhada e seus desafios, servindo como subsídios para o desenvolvido nos encontros MACROMICRO.

Convidamos a todos a seguirem os encontros do MACROMICRO e suas publicações correspondentes para juntos explorarmos como MACRO e MICRO urbanismos podem cooperar, como MACRO e MICRO política podem convergir. Vamos descobrir juntos como transpor boas experiências prototipadas para políticas públicas de baixo custo e alto impacto. Acreditamos firmemente que cidades onde há a intensa participação de seus cidadãos no seu cotidiano são cidades socioespacialmente mais justas e sustentáveis, e é isso que move nossa pesquisa.

A CIDADE
PRECISA
DE VOCÊ

A CIDADE PRECISA DE VOCÊ

O Instituto A Cidade Precisa de Você é um coletivo de pessoas que fazem lugares, organizadas em um instituto sem fins lucrativos. Conformamos uma rede interdisciplinar comprometida em construir cidades mais justas, inovadoras, democráticas, seguras, saudáveis e vibrantes. Fazemos isso através da ativação e melhoria de espaços públicos, pois eles são vitais para o nosso propósito.

Entendemos que os espaços públicos sejam um tema estratégico em um mundo cada dia mais urbanizado – segundo a ONU, os espaços públicos (que incluem praças, parques, ruas e calçadas) ocuparão quase metade do território das cidades nos próximos 20 anos. É por isso que trabalhamos para promover a coprodução do seu uso, cuidado e gestão entre os vários atores urbanos – comunidade, movimentos civis organizados, terceiro setor, empresas e poder público.

Não oferecemos soluções prontas, mas sim metodologias e experimentações. Agimos por meio de investigação, escuta e testes com as populações

locais, ativando potenciais de territórios para transformá-los em lugares vibrantes. Criamos situações de diálogos construtivos, reunimos e multiplicamos informações e conectamos agentes para melhorar as cidades através de seus espaços públicos.

Atuamos em três eixos: Mão na Massa, Educação Urbana e Fazendo Junto. No eixo Fazendo Junto nos dedicamos a pesquisar sobre gestão compartilhada, a investigar como os diferentes atores de uma cidade podem cooperar na gestão dos espaços públicos. Pesquisamos modelos possíveis de PPS (Parcerias Público-Sociais), como incentivar o cidadão a colaborar com seus talentos e habilidades na construção de uma cidade mais justa, democrática e diversa, e como orientar os investimentos privados pelo interesse público. Procuramos modelos de participação, cocriação e gestão compartilhada de espaços públicos. O projeto MACROMICRO pertence a esse eixo, assim como um mapeamento de modelos existentes na Alemanha, no Brasil e em outros países.

MACRO WTCBO

1 a primeira de uma série de conversas e ações onde urban makers de diversas escalas se encontram em torno do desafio de como MACRO e MICRO urbanismos podem cooperar. como uma produção de cidade mais democrática e inclusiva pode ser proposta a partir da gestão compartilhada de espaços públicos?

M

25 novembro
sexta feira
19h

Fazedoria • rua newton prado 24
metrô Tiradentes

A Cidade Precisa de Você

convida

raumlaborberlin

Nabil Bonduki

Renato Cymbalista

Veridiana Negrini

Pedro Markun

1MACRO WTCBO

PROTÓTIPOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nessa primeira conversa, ao mesmo tempo que avançamos em tópicos levantados no seminário e na publicação Enquanto Isso: Políticas Públicas para Espaços Transitórios, nos voltamos para a pergunta central: o que é gestão compartilhada?

O que faz que a busquemos, o porquê da sua importância?

A conversa versa sobre como o micro e macro urbanismo podem cooperar; como podemos pensar na sociedade civil tendo um papel mais decisivo e mais importante nas decisões da cidade e convergente também com as políticas públicas, e as políticas públicas também convergentes com as ocupações espontâneas dos espaços – o debate é focado nos espaços públicos.

Com conhecimentos diversos, desde a prática até a legislação e a pesquisa acadêmica, tivemos a oportunidade de ter presentes os convidados Nabil Bonduki, ex-Secretário Municipal de Cultura de São Paulo, Renato Cymbalista, professor da FAU-USP e Pedro Markun, hackerativista. Somam-se Christof Mayer e Jan Liesegang, ambos do

coletivo alemão raumlaborberlin, que estavam em São Paulo a convite do Goethe-Institut São Paulo, por ocasião do workshop conduzido por eles na Vila Iitororó Canteiro Aberto.

O evento MACROMICRO1 pretende ser o primeiro de uma série de encontros teóricos e práticos sobre gestão compartilhada, conduzidos pelo Instituto A Cidade Precisa de Você e contando sempre com a participação de convidados especiais.

Evento
MACROMICRO1

Data | horário
25 de novembro de 2016
19hrs

Local
Instituto A Cidade Precisa de Você
Rua Newton Prado, 24
Bom Retiro – São Paulo

TRADUÇÃO Nathalie Badaoui | Carolina Guimarães
RELATORIA Isabel de Aquino
IMAGENS Tatiana Karpischek
PRODUÇÃO Vanessa Espínola | Heloísa Sobral
Laura Sobral

CONVIDADOS

RAUMLABORBERLIN

Raumlabor é um coletivo sediado em Berlim, Alemanha, que atua na intersecção entre a arquitetura e a arte pública. Fez parte do desenvolvimento do plano de ocupação e gestão do TempelhoferFeld, parque em Berlim, que tem características de gestão compartilhada.

NABIL BONDUKI

Secretário Municipal de Cultura de São Paulo na gestão Haddad, exerceu mandato de vereador na Câmara Municipal de São Paulo entre 2013 e 2016. É arquiteto e urbanista, professor universitário e pesquisador e consultor em políticas públicas urbanas.

PEDRO MARKUN

Hacker e ativista pelos dados abertos, trabalha com transparência e participação há mais de 10 anos, fundou em 2009 a Transparência Hacker, movimento com mais de 1800 pessoas no Brasil todo.

RENATO CYMBALISTA

É arquiteto e urbanista, professor de Urbanização e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e parte do Laboratório para Outros Urbanismos na mesma faculdade.

* gostaríamos de registrar que duas grandes mulheres foram convidadas a participar do evento, Esther Leblanc, para compartilhar sua experiência na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Veridiana Negrini, contratada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (via UNESCO) para o desenvolvimento de um relatório sobre gestão compartilhada nos espaços públicos. Infelizmente, não puderam comparecer e compartilhar conosco suas relevantes visões sobre o assunto. Esperamos contar com elas em um próximo MACROMICRO.

ANFITRIÕES

José Augusto Vieira de Aquino. Advogado, parte do Instituto A Cidade Precisa de Você, contribuiu com a conversa a partir de sua experiência no Ocupa – Casa da Praça Waldir Azevedo.

Laura Sobral. Arquiteta e urbanista, parte do Instituto A Cidade Precisa de Você, contribuiu com a conversa a partir de sua experiência no projeto BATATALAB desenvolvido pelo Instituto e no movimento A Batata Precisa de Você.

contexto

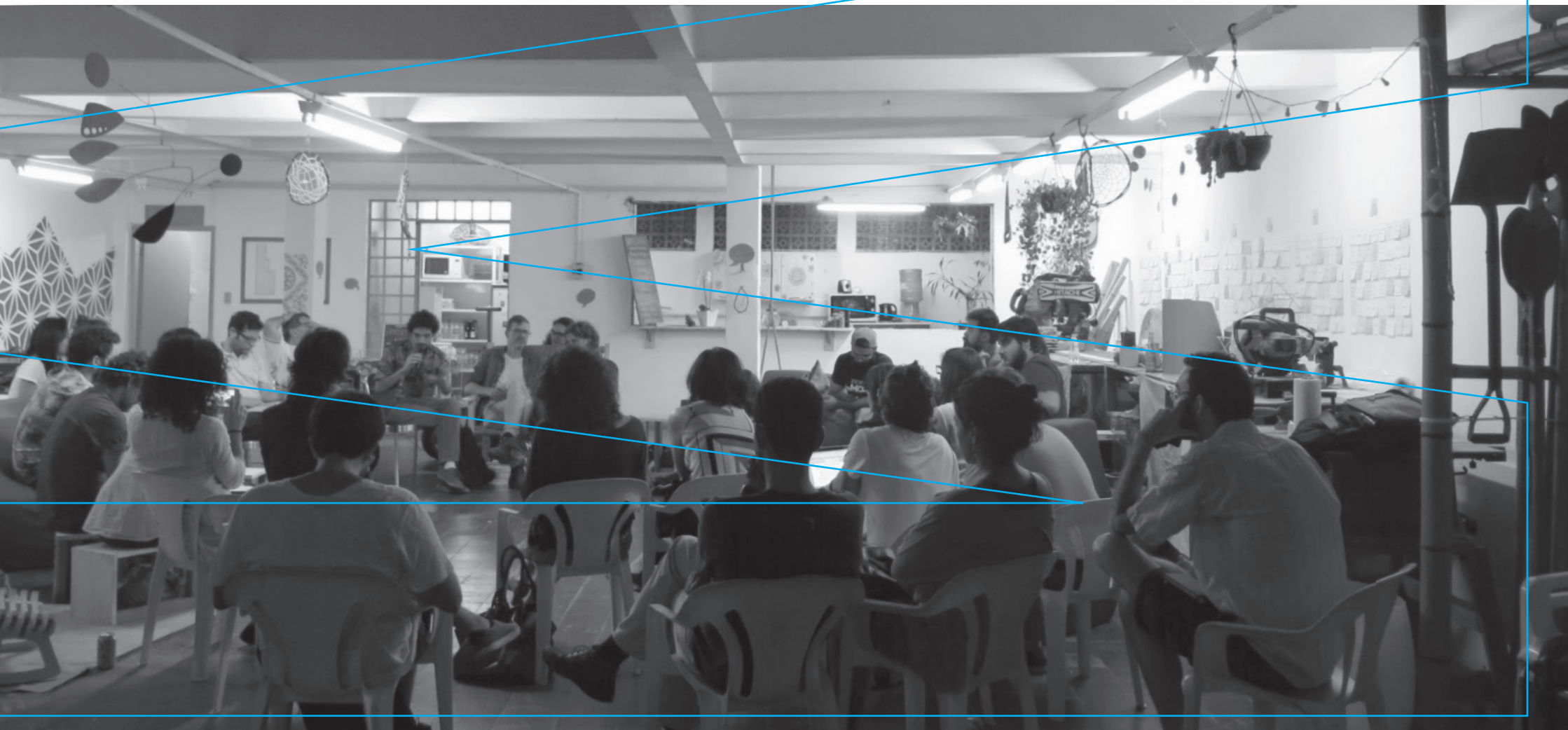
Nabil São Paulo, durante um certo período, foi absolutamente refratária ao espaço público. A cidade foi se desenvolvendo numa forma de vida, numa cultura urbana muito privatizante, muito baseada nos espaços privados domésticos. A televisão teve um papel importante nisso. Uma cidade que não tem praia, que não tem grandes atrativos

fora das casas e também, obviamente, numa conjuntura geral, o apelo para casa própria, para a propriedade privada, para o consumo individual, que São Paulo promove, tudo leva as pessoas ficarem dentro das suas casas. E de 20 anos pra cá, quando começam as primeiras manifestações num sentido oposto (e a coisa vai se acentuando ao longo da

década passada e agora se tornou uma prática muito maior), começa a haver uma reação a essa desertificação do espaço público e a essa cultura urbana baseada no privado e no individual, com uma crescente busca do espaço público como um espaço de sociabilidade.

Isso ainda está longe de ser hegemônico na sociedade, ainda são grupos, são alguns pedaços da cidade, coletivos, cidadãos.

Às vezes podemos achar que esse movimento é enorme, porque estamos dentro dessa bolha, mas quando a gente vê a cidade como um todo, percebemos que há muito o que progredir em relação a isso. No entanto, o processo de ocupação do espaço público e de atividades de coletivos para cuidar dos espaços públicos caracteriza a cidade de São Paulo de uma maneira mais recente com uma notável efervescência.



Nabil A desertificação do espaço público tem dois lados da moeda – de um lado, o cidadão abandonando o espaço público, e do outro lado, o poder público não cuidando do espaço público. A capacidade do poder público cuidar do espaço público tem sido muito reduzida, é uma desertificação e também um abandono. Então, quando o cidadão e os coletivos começam a atuar e a se organizar para cuidar do espaço público, de alguma maneira eles se chocam com o Estado, que ao mesmo tempo, como ele efetivamente não tem atuado de forma consistente e efetiva, fica fragilizado nessa relação. Há grupos com autonomia que buscam ganhar esse espaço, intervenções que são realizadas a partir da sociedade sem institucionalidade, o que não quer dizer que essas ações não possam ser feitas com institucionalidade de alguma maneira também.

A partir do momento em que os cidadãos começam a se agrupar e a buscar cuidar do espaço público, num primeiro momento há um estranhamento entre visões distintas sobre como se dá a relação entre a população com a cidade: a mediação que existe entre a população e a cidade passa pelo Estado ou de alguma forma também passa por grupos de coletivos que querem atuar sobre o espaço?

Como é realizada a gestão dos espaços públicos e de suas intervenções: quem organiza, produz, aprova e mantém os projetos: de que maneira pode mudar.

gestão

responsabilidade

Poder público e o espaço público: de quem é a responsabilidade? Quem define o que é bom ou ruim para a cidade? Quais seriam os bons formatos de governança e de colaboração?

raumlabor fazer é cometer erros. Nós nos permitimos cometer erros enquanto a administração não se permite cometer erros.

Pedro mesmo no imaginário das pessoas, o poder público não pode errar. Meu sonho, é a lei BETA que a gente coloca... mas a gente tem né? A medida provisória.

>territórios-teste

Como regulamentar para que haja mais autonomia e liberdade?

raumlabor no caso do Tempelhof por exemplo, que é um aeroporto que foi desativado e fizemos parte do plano para pensar um território piloto. Ficamos pensando em novas ideias para desenvolvermos um novo tipo de espaço público. Certamente foi uma grande oportunidade de trabalho, e ficamos com alta expectativa sobre o resultado. A ideia era combinar o bottom-up e o top-down nesse projeto, fazer algo realmente novo em Berlim.

ERRORISMO

A corrente sócio-cultural errorista reivindica o erro como filosofia de vida. Há até um Manifesto Errorista (2005), de La Internacional Errorista, fomentada pelo Grupo Etcétera (Argentina). Saiba mais em erroristas.org

Quais os instrumentos que regulamentam essa construção coletiva e quais os protocolos de como atuar para legitimar a voz da população local.

diálogo

linguagem

Qual seria uma linguagem comum que permita trocas de ideias entre o poder público e a sociedade civil? Como desenvolver essa ferramenta que permite a cocriação de alternativas para os desafios presentes nas cidades?

raumlabor nossa busca foi por uma linguagem em comum, levar a “cena maker” para a grande escala.

Pedro me parece que vocês estão falando de top-down e bottom-up como institucional e não-institucional.

Nabil no meu entendimento, bottom-up são políticas públicas construídas a partir de processos participativos. Enquanto que top down são políticas construídas de cima pra baixo, portanto do Estado para a sociedade.

TOP-DOWN / BOTTOM-UP

Os termos **top-down** (de cima pra baixo) e **bottom-up** (de baixo pra cima) são utilizados para analisar a implementação de políticas públicas. Em um modelo **top-down**, as decisões são tomadas por um nível de governo central e implementadas por um nível local. Há um entendimento que decisão e implementação são processos distintos. Já em modelos **bottom-up**, a decisão e implementação de políticas públicas devem ter origem em um nível de decisão mais próximo à população, envolvendo um amplo processo de negociação entre o poder público local, servidores que trabalham na entrega desses serviços e a própria população. Ou seja, a política é resultado da interação de uma rede de atores. O termo **bottom-up** também tem sido usualmente utilizado para fazer referência a ações realizadas pela sociedade civil a partir de uma escala local.

Como o poder público se conecta com a sociedade, como a sociedade participa das decisões de seu interesse.

participação

representação

Qual seria o esquema de representação? Que órgão cuidaria disso?

Laura a sociedade civil desorganizada deveria ter tanto direito a voz quanto alguém que decide se organizar.

métodos

Consultivo x Deliberativo. Quais seriam espaços, métodos e formas e diálogos efetivos?

Renato há 20, 30 anos atrás, a gente construiu espaços novos de participação, aceitando finalmente, pela primeira vez na história, que atores sociais que nunca fizeram parte da construção de políticas públicas de moradia, por exemplo, pudessem ter alguma possibilidade de pelo menos serem reconhecidos como atores.

Nabil o que posso contar da minha experiência em processos participativos e autogestão é que eles vêm da mobilização popular, de pessoas, de grupos. Claro que sempre houve técnicos envolvidos também, até porque a assessoria técnica para esse processo era fundamental, e aí vira uma política pública, que se busca gerir com controle social, e de participação, com conselhos, e isso se configura num processo popular. O que está claro é que se precisa desenvolver em outras áreas, que não na área da habitação, propostas autogestionárias que possam gerar políticas públicas baseadas na autogestão.

>novos formatos

Inovando na participação e organização representativa.

Nabil propus a gestão participativa de praças, que busca, através de projetos de lei regulamentar, o processo de participação da sociedade na gestão das praças ou de espaços públicos. Por exemplo, conselho gestor é um conselho que todo parque tem que ter, que tem uma eleição. Um comitê das praças surge de um grupo de moradores que querem participar do processo e então aí se estabelece um processo de gestão participativa, podendo ser formado por moradores do entorno. Porque dentro do processo público, há visões diferentes do que deve acontecer no espaço público. O que está acontecendo nos conselhos gestores de parques? Existem visões diferentes, querem fazer um evento cultural no Parque Ibirapuera, o conselho é contra fazer, quer dizer, existem conflitos, e visões divergentes dentro da própria comunidade sobre o que deve acontecer. Há problemas na mediação, acompanhamento e fiscalização desses processos.

Lei Nº 16.212

A lei municipal N.16.212 de 10 de junho de 2015 dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo. A lei prevê a criação de comitês de usuários formados por iniciativa dos munícipes interessados em contribuir voluntariamente na gestão da praça, sendo constituído por, no mínimo, quatro moradores do entorno e usuários em geral. Entre as atribuições dos comitês estarão a proposição de projetos, reformas, requalificações e intervenções, além da busca por novas parcerias, bem como opinar sobre as já existentes.

raumlabor o que estamos tentando criar são mais formas de participação e alavancar outras formas para além das que temos regulamentadas no nosso país.

Renato o Estado tem suas brechas. É possível, dentro dele, achar uma interlocução mais qualificada, mais fluida. São necessárias e por vezes existem instâncias que trabalham com a ideia de uma vanguarda, de uma exceção. Essas oportunidades devem ser identificadas e utilizadas.

Instrumentos e regras para aumentar a participação da sociedade civil no espaço público.

critérios

FREI RAUM FIBEL

O Instituto Federal para a Construção e Pesquisa Urbana e Regional da Alemanha, junto com o Stadt statt Strand pesquisou como a apropriação de espaços livres da cidade por diferentes grupos pode ser benéfico, produzindo o manual "Uso criativo de espaços livres na cidade".

O manual se destina a fornecer às administrações e aos cidadãos interessados mais informações sobre o que é possível de ser feito e como.

Mais informações e download gratuito do manual em: stadtstattstrand.de

categorização

Quais os caminhos para os espaços públicos terem diferentes modelos de gestão?

Renato há um problema muito sério de jurisdição dessa cidade (São Paulo). Exemplo: quem mais tem terra na cidade, quem mais tem espaço público na nossa cidade, é a CET, a Companhia de Engenharia de Tráfego. Pra você fazer uma corrida de rua, o patrocinador, ou coletivo ou quem quer que seja, tem que arranjar um patrocínio de 400 mil reais para pagar a CET, e a CET vai lá e coloca os cones, para impedir que o carro passe, para permitir que essas pessoas vão lá e usem a rua. O carro não tem que pagar nada. Mas a pessoa tem que pagar esses 400 mil reais.

RUAS ABERTAS

O Programa Ruas Abertas consiste na destinação temporária ou permanente de trechos de vias públicas, praças e largos para atividades de lazer, esporte, cultura e engloba três modalidades: Ruas de Cultura e Lazer, Ruas 24 Horas e Vagas Vivas. Trechos de vias, praças e largos que integram o Programa Ruas Abertas são definidos pelo Executivo, inclusive a requerimento dos respectivos moradores do entorno desses locais, de acordo com a lei municipal N.16.607 de 29 de dezembro de 2016, de São Paulo.

normatividade e performatividade

Precisamos de regras mas a sociedade e os espaços são dinâmicos. Como lidar?

Renato as pessoas estão buscando exercer os seus direitos de estar no espaço público de maneira radical. E isso é uma coisa que o Estado nunca vai dar conta de definir no positivo. Ele só vai conseguir dar conta se ele reconhecer que ele tem que andar na base. Tem que se construir espaços nos quais o Estado possa agir sendo uma plataforma que permita que essa autonomia seja exercida.

> categorização | floating zones

Atualização: nova categorização e instrumentos tipo “floating zones”

Nabil o espaço público é mais amplo do que praças, e uma das partes dessa lei que propus busca justamente fazer um cadastro de praças, porque nós não temos um e também não temos o que poderíamos chamar de categorização das praças, porque as praças são muito diferentes.

Renato uma possibilidade é mudar a jurisdição. Uma ideia por exemplo é como a delimitação de um território indígena ou quilombola, que parte de uma ideia de uma autonomia, “aqui nesse pedaço funcionam regras diferentes”, inclusive o que diz respeito à institucionalidade.

Laura a demanda pela criação de zonas autônomas temporárias ou mesmo permanentes existe atualmente e tem urgência de ser pensada coletivamente.

gestão compartilhada

Laura hoje em alguns espaços da cidade já há a gestão compartilhada informal, funciona na base do acordo de cavalheiros, mas é interessante formalizar esse tipo de autonomia cidadã. Como é que a gente faz uma cultura de uso ter algum tipo de continuidade? Principalmente na situação em que vivemos, com a frequente judicialização das pautas do espaço público. Os coletivos às vezes são mencionados como substituindo o Estado, fazendo referência a uma prática neoliberal. O que ocorre muitas vezes não é o pedido para o Estado se ausentar, mas sim a proposição de uma troca, uma parceria, compartilhamento, situação que não há aqui como foi proposto em Bologna, na Itália, por exemplo, criando uma abertura, uma porta de entrada para que as pessoas possam participar efetivamente. Na Alemanha, por exemplo, os acordos são intergestão, há continuidade.

Nabil no meu ponto de vista, na verdade ela é uma construção que começa não institucional e que pode virar uma política pública institucionalizada, desde que efetivamente ela incorpore processos de participação dentro dessa política pública.

REGULAÇÃO DE BOLONHA SOBRE COLABORAÇÃO PÚBLICA PARA BENS COMUNS URBANOS

A cidade de Bolonha, Itália, criou entre 2013 e 2014, com o LabGov, o Regulamento de Bolonha sobre colaboração pública entre cidadãos e a cidade para o cuidado e regeneração de bens urbanos comuns. Ele pode ser lido em italiano e em inglês.

www.comune.bologna.it/media/files/bolognaregulation.pdf

José estou fazendo uma pesquisa que investiga o impacto que as relações, que as organizações geram no seu entorno no que a gente chama de partes interessadas e o poder de interferência que essas partes interessadas têm nas tomadas de decisão.

Como fazer com que essa relação entre a sociedade civil e a prefeitura seja reconhecida, legitimada, e eventualmente possa se tornar um modelo de gestão compartilhada? A gente esbarra em alguns conflitos e barreiras: uma delas é porque não existe na prefeitura um diálogo de não institucionalização. Não só na realização das atividades mas também no financiamento, na participação ativa dos moradores e no desdobramento dessa ação.

O que buscamos é como legitimar a ação da sociedade que sofre os impactos daquela organização – que no caso é do poder público – e que caminhos ela tem para influenciar nas tomadas de decisão administrativas.

Pedro a gente tem muito pouco espaço de convergência. Sobre a possibilidade de você trazer essas pequenas experiências, por exemplo, de cidades do interior, e levar isso para uma política pública global... é muito difícil de fazer essa tradução. Mas eu descobri que talvez você não precise exatamente traduzir, não é aí a ponte. Não é necessariamente levar aquela experiência de ponta e levar para uma política pública. Mas é principalmente usar os elementos de processo bottom-up pra dentro do processo de construção de macropolítica. No Brasil, a gente avançou nisso muito pouco. Nós temos experiência de usuários, de participação, mas mesmo nos mais bem-sucedidos, ainda é muito difícil pro cidadão interagir com o processo de participação. É muito difícil fazer o bottom up conversar com o top down.

raumlabor tentar integrar práticas bottom-up e top-down com a administração pública é tão ambicioso que pode parecer naïf. As vezes, ter instituições públicas ao seu lado pode ser importante para juntar e potencializar forças.

POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO

Ao longo da conversa, identificamos alguns processos que podem ser entendidos como gestão compartilhada, e que oscilam em um espectro de relação entre o que vem de baixo para cima e de cima para baixo – desde espaços institucionalizados de participação propostos pelo Estado, a espaços criados a partir da sociedade civil (a princípio informais).

Processos participativos amplos e legítimos, propostos pelo Estado.

Organização da sociedade civil, que demonstra necessidade de algo e reivindica um processo dialógico entre sociedade civil e Estado.

Organização da sociedade civil que faz algo autogestionadamente e isso gera diálogo ou é o diálogo em si, gerando negociações sobre cooperação entre as partes.

Resistência como oportunidade de diálogo e criação.

Certamente, a pauta da gestão compartilhada de espaços públicos tem o que aprender com a autogestão de equipamentos e de ocupações de moradia. Também é fundamental a experimentação de novos modelos, a partir de cada caso específico, criando-se novos protocolos de legitimação de tais experiências – seja através de uma disputa de narrativa simbólica, desconstruindo o discurso hegemônico da propriedade privada, ou através de uma disputa jurídica, criando instrumentos que protejam legalmente formas de gestão alternativas.

Continuamos com nossas investigações: como levar experiências e aprendizados resultantes de protótipos para políticas públicas? Como implementar políticas públicas adaptando a escala e necessidades de cada território?

ESTA PUBLICAÇÃO E TAMBÉM A

Enquanto Isso: Políticas Públicas para Espaços Transitórios

PODEM SER VISUALIZADAS E SEUS ARQUIVOS DESCARREGADOS GRATUITAMENTE NO LINK

www.acidadeprecisa.org/publicacoes

a relatoria do evento MACROMICRO1, base para essa publicação, é de responsabilidade do Instituto A Cidade Precisa de Você e temos ciência de que pode haver erros de registro ou interpretação durante o processo.

To consider how different urban actors can cooperate to improve life in big cities is certainly one of the challenges that we face. Today we are still searching for innovative models that allow symmetrical cooperation and partnership between citizens, institutions and public authorities.

Worldwide we are seeing more and more groups of citizens who want to take care of public spaces, as well as practice their right to the city, and claim use of what is public. Once these groups are able to creatively activate these spaces and strengthen and build common spaces through neighborly relations, what should be the Public Administration's role in providing support and infrastructure?

What can we learn from those groups in order to amplify these experiences and turn their experience into public policy? MACROMICRO focuses on "shared management" of public spaces by bringing guests involved in projects that foster cooperation between the population and public authorities, while simultaneously caring for common public spaces. Here we will discuss good practices and frequent challenges concerning such concrete experiences.

Other relevant issues are also discussed at the heart of our institute's The City Needs You purpose, such as (i) what would be the possible ethical role and contribution by the private sector within these processes; (ii) how to experiment and innovate from the Government point of view in partnership with the population; and (iii) what are the possible models for cooperation.

In Brazil, known "PPPs" – public-private partnerships – are already well known, and are pointed by many as one of the only possible solutions to Public Administration management limitations. We believe that there are many other models to be tested, which focus on the population's perspective. Thus, we search for possible "PPS"*: public-social partnerships, which are centered on a fair relationship between civil society and public authorities, with characteristics of collective participation, co-creation and shared management of what is public and common to everyone.

The regulation and prototyping of other models is happening all over the world, as for example in Bologna, with the *Regulation on Collaboration between Citizens and the City for the Care and Regeneration of Urban Commons*, or in Madrid, with the development of *Marco Común: Espacios de Gestión Ciudadana de Madrid*.

*abbreviation in portuguese of Parcerias Público-Social

In São Paulo, in February 2016, a seminar called *Meanwhile: public policies for Transitional Spaces* was organized through the initiative of Goethe-Institut and the Laboratório para Outros Urbanismos, from the Architecture and Urbanism Faculty of the University of São Paulo. With the participation of the municipality of São Paulo (mayor Haddad term), and the law firm Ramires, Perez, Azevedo Marques, the seminar discussed some issues around shared management of public equipment and its challenges, what brings content to the MACROMICRO meetings. The City Needs You Institute helped on the systematization of the seminar publication. We invite everyone to follow the MACROMICRO events and its corresponding publications, so that together we can explore how MACRO and MICRO urban practices can cooperate, as well as how MACRO and MICRO policies can converge. Let's find out together how to transform good prototyped experiences into public policies with a low cost and high impact. We firmly believe that cities that support the intense participation of its citizens in daily life are fairer and more sustainable, and that is what motivates our research.

THE CITY NEEDS YOU

The City Needs You Institute is a non-profit organization of makers who contribute to public spaces. We form an interdisciplinary network committed to build fairer, innovative, democratic, safe, healthy and vibrant cities. We act through creative activation and improvement of public spaces, as they are vital for our purpose. We understand that public spaces are a strategic theme in an increasingly urbanized world – according to the UN, public spaces (including squares, parks, streets and sidewalks) will occupy almost half the territory of cities over the next 20 years.

That's why we work to promote the co-production of their use, care and management between the various urban actors: community, organized civil society movements, third sector organizations, companies and public authorities.

We have no ready-made solutions, but rather methodologies, trials and experiments. We act through research, mapping and interacting with the local population, activating the potential of spaces to turn them into vibrant places. We create situations for constructive dialogues, gather and multiply useful information and connect agents to improve cities through their public spaces.

Our approach involves three pillars: "Hands-on", "Urban Education" and "Doing Together". With the Doing Together pillar, we investigate how different urban actors can cooperate while taking care of public spaces. We research possible models of "PPS" (public-social partnerships) to encourage citizens to cooperate with their talents and abilities in building a fair, democratic and diverse city, and to guide private investment in favor of public interest. We're looking for new models of participation, co-creation and shared management of public spaces and social infrastructure. The MACROMICRO project is comprehended by this pillar, as well as a mapping of existing models in Germany, Brazil and other countries.



The first of a series of conversations and actions where urban makers from different scales meet around the challenge on how MACRO and MICRO urbanisms can cooperate.

How can a more democratic and inclusive city arise from a perspective of shared management of public spaces?

In this first conversation, as we move forward on topics raised in the seminar and in the publication *Meanwhile: public policies for Transitional Spaces*, we turn to the central question: what is shared management? What makes us look for it, why is it important?

The conversation is about how MICRO and MACRO urbanisms can cooperate; how can the civil society play a more decisive and important role in city decisions and how public policies can consider and support the spontaneous occupations of spaces. The debate is focused on public spaces.

With a wide range of knowledge, from practice to legislation and academic research, we had the opportunity to have the guests Nabil Bonduki, former Municipal Secretary of Culture of São Paulo, Renato Cymbalista, FAU-USP professor and Pedro Markun, hackeractivist. Also we had the honor of having with us Christof Mayer and Jan Liesegang, both from the German collective raumlaborberlin, who were in São Paulo at the invitation of the Goethe-Institut São Paulo to conduct a workshop at Vila Ipororó Canteiro Aberto.

The MACROMICRO1 event was the first in a series of theoretical and practical meetings on shared management, conducted by The City Needs You Institute, always counting on the participation of special guests.

GUESTS

RAUMLABORBERLIN is an urban collective based in Berlin, Germany, which acts in the intersection between architecture and public art. They helped to develop the occupation and management plan for Tempelhofer Feld park, in Berlin, which has aspects of shared management.

NABIL BONDUKI is the former Culture Secretary at the Municipality of São Paulo (during mayor Haddad's term) and served as a city council member for São Paulo between 2013 and 2016. He is an architect and urban planner, University professor, researcher and consultant on public urban policies.

PEDRO MARKUN is a hacker and activist for open data. He has worked with transparency and participation for over 10 years. He founded the "Transparência Hacker" movement in 2009, involving more than 1800 people.

RENATO CYMBALISTA is an architect and urban planner, professor of urban planning and urban design on the Faculty of Architecture and Urbanism at the University of São Paulo. He is a member of the "Laboratório para Outros Urbanismos" at the same college.

* Note: We would like to note that two great women were invited to attend the festival: Esther Leblanc – to share her experience in the Municipal Office for Human Rights – and Veridiana Negrini – hired by the São Paulo City Department of Urban Development (through UNESCO) to develop a report on shared management in public spaces. Unfortunately they could not attend to share with us their views on the proposed theme. We hope to have them at an upcoming MACROMICRO event.

HOSTS

José Augusto Vieira de Aquino. Lawyer, member of The City Needs You Institute. He contributed to the event by sharing his experience within the "Ocupa - Casa da Praça Waldir Azevedo".

Laura Sobral. Architect and urbanist, member of the The City Needs You Institute, contributed to the event by sharing her experience within the BATATALAB project, developed by the Institute and by the urban movement "A Batata Precisa de Você".

EVENT

MACROMICRO1

Date | Time
November 25, 2016
19h

Place
The City Needs You Institute
Newton Prado Street, 24
Bom Retiro

TRANSLATION Nathalie Badaoui | Carolina Guimarães
RAPORTEUR Isabel de Aquino
IMAGES Tatiana Karpiscek
PRODUCTION Heloisa Sobral | Vanessa Espinola | Laura Sobral

*This booklet as well as the *Meanwhile: public policies for Transitional Spaces* one can be viewed and downloaded for FREE at: www.acidadeprecisa.org/publicacoes

CONTEXT

Nabil

For a certain time, São Paulo was absolutely resistant to the idea of public space. The city had developed a privatized urban culture, based around private domestic spaces. Television played an important role in this process. A city that does not have beaches or other outdoor attractions, combined with the general pressure to own a home and with the appeal for consuming generated by a city as Sao Paulo, pushed more and more people to stay at home. In the last 20 years, demonstrations against this idea of private consumption, and against the desertification of public spaces have become much more accentuated in the last 10 years, and citizens are searching for public and social space.

These demonstrations are not the norm, however. They are still only isolated groups of collectives and citizens in some parts of the city. We often delude ourselves into thinking the movement is huge because we are inside that bubble, but when you look at São Paulo as a whole, you see there is still much progress to be made. That being said, the impulse to occupy public space and to take collective action are becoming more and more a part of the character of São Paulo.

The desertification of public space has two components: the first is citizens abandoning public space and the second is public administration not taking care of public space. The Public Administration's capacity to care for public space has been greatly reduced – it is both a desertification but also an abandon. Thus, when citizens and collectives begin to organize themselves and take care of the public space, they somehow collide with the Public Authorities, who have not been acting consistently and appears weaker in this relationship. Although there are autonomous groups seeking to manage public space without the interference of institutions, that does not mean they must act without cooperation of any kind.

From the moment when citizens start to gather and care for the public space, there is first this awkwardness, a clash between different views on how the population relates to their city: is there a Public Administration role in this mediation between people and city or, somehow, collectives intervening in that space also have a role to play?

MANAGEMENT

How is the management of and intervention in public spaces realized: who organizes, produces, approves and maintain the projects; how can change.

responsibility

Public administration and the public space: who is responsible? Who defines what is good and what is bad for the city? What would be good models of governance and collaboration?

raumlabor

Making means making mistakes. We allow ourselves to make mistakes while the public administration is less flexible.

Pedro

Even in people's imagination, Public Authorities can not make mistakes. My dream is to establish the BETA law... But do we have it right? The provisional measure.*

** A provisional measure is a regulation or procedure established without full technical justification owing to current lack of adequate information. A provisional measure is subjected to periodic review and full technical justification as soon as possible.*

pilot territories

how to regulate in a way that there is more autonomy and freedom?

raumlabor

There is the case of Tempelhof, for example, which was an unactivated airport. We made part of the project, making it a pilot territory: we thought of new ideas to develop a new kind of public space. Certainly, it was an important work opportunity, and we had big expectations for the result. The idea was to combine bottom-up and top-down in this project, making something completely new in Berlin.

ERRORISM

The errorist socio-cultural movement claims the error as a life philosophy.

There is an Errorist Manifesto (2005), from the La Internacional Errorista, promoted by the Grupo Etcétera (Argentina).

To know more about it: erroristas.org

DIALOGUE

What are the instruments that regulate this collective construction and what are the protocols to legitimate the voice of local population.

language

What would be a common language for exchanging ideas between the public administration and civil society? How do we develop this tool to facilitate the co-creation of alternatives to the cities' challenges?

raumlabor

Our search was towards a common language, bringing the "maker scene" to a larger scale.

Pedro

It seems to me that you are talking about top-down and bottom-up as institutionalized and not institutionalized.

Nabil

In my understanding, bottom-up are public policies built throughout participatory processes. Top-down are policies built from the Public administration without the active participation of the civil society.

top-down/ bottom-up

The terms top-down and bottom-up are used to analyze the implementation of public policies. In a top-down model, decisions are made at a central government level and implemented at a local level. There is an understanding that decision and implementation are separated processes. In a bottom-up model public policies decisions and implementation start together with the population and comprehends a wide negotiation between public authorities, public servants delivering those services and the population themselves.

The term bottom-up also is usually used to refer to actions undertaken by the civil society from a very local scale.

PARTICIPATION

How can the public sector connect with society, how can society participate in the decisions of the people's interest.

representation

How would we structure representation? Which department would take care of it?

Laura

the unorganized civil society should have as much right and voice as the ones that decide to organize themselves.

methods

consultive x deliberative. What would be the spaces, methods, formats and effective dialogues for participation?

Renato

20, 30 years ago we built new spaces of participation, including finally, for the first time in our history, social actors that had never been part of the housing public policy implementation, for instance. We acknowledge them as actors of this process.

Nabil

what I can bring from my experience in participatory processes and self-management is that these processes are formed by popular mobilization, of people, of groups, engaged with also technicians (specially because their technical advisory was fundamental for this process). Then it become a public policy that is managed in cooperation with social groups and participatory committees. For me what is clear is that self management processes and policies have to be developed in areas other than housing.

new formats

Innovating in participation and representative organization.

Nabil

I proposed a law to the city council, which aims to regulate the process of popular

participation in the management of squares and public spaces. For example, regarding municipal parks, every park will have an elected management committee. The proposal is that a square committee would be formed by a group that wants to participate in the square's management and then establish a process of participatory management. There are always different opinions on what should happen in the public space. What is happening in parks' managing committees? There are different visions within the community on what should happen, for example, some people want to make a cultural event on Ibirapuera Park and the council is against it. There are problems on mediation, moderation, and oversight of those processes.

raumlabor

We are trying to create new methods of participation and we are trying to advance other methods that go beyond the ones that we have already regulated in our country

Renato

the Public Administration has its breaches. It is possible to find within the State forms of dialogue that are more qualified and seamless. There are sometimes – and sometimes they are necessary – some institutions that advocate avant garde and exceptional ideas. These opportunities need to be identified and used.

MUNICIPAL LAW N.16.212 – June 10th, 2015

The municipal law 16.212 of 10 June 2015, provides for the participatory management of squares in the municipality of São Paulo. It foresees the creation of users' committees constituted by residents who are interested in voluntarily contributing in the management of that square. They should be composed of, at least, four dwellers of the neighborhoods and users of the space. Amongst the committees attributions, there are: proposing projects, renovation, requalification and interventions works; searching for new partnerships and having a say about those already in place.

CRITERIA

Instruments and rules for increasing the participation of the civil society in the management/design/maintenance of the public space

FREI RAUM FIEBEL

The German Federal Institute for Regional and Urban Building along with the Stadt statt Strand has conducted research on how the appropriation of the city vacant spaces by different groups may be beneficial and created the manual "Creative use of vacant spaces in the city". The manual aims at providing public administrations and interested citizens more information on what can be done on that topic and how it should be done.

For more information and free download of the manual, access: stadtstattstrand.de

categorizing

What leads to alternative management of public spaces?

Renato

there is a very serious jurisdiction problem in this city (São Paulo). For instance: Who most owns land and public spaces in our city is the CET (the Municipal Traffic Engineering Company). If someone wants to organize a street race, the sponsor – or the collective, or whoever – has to provide a sponsorship of 400K Brazilian Reais (the equivalent of 100.000 Euros) to pay the CET*; then, the CET goes there and positions traffic cones to keep cars out of the area, and to allow people to go to the event and use the street.

*CET – *Companhia de Engenharia de Tráfego* = Traffic Engineering Company

OPEN STREETS

The Open Streets program consists of the temporary or permanent use of part of public roads and squares for leisure, sport and cultural activities. It encompasses three different modalities: Culture and leisure streets, 24 hours streets and Alive Parking Spots. Sections of roads and squares that integrate the Open Streets Program are defined by the municipal executive, and also upon request of dwellers living in the surroundings of the respective areas, accordingly to the municipal law n. 16.607 of 29 December 2016.

normativity and performativity

We need rules but society and spaces are dynamic. How can we balance that equation?

Renato

people are looking to exercise their rights to be in the public spaces in a radical way. And this is something that the Public Administration will never be able to do in a positive way. It will only be able to handle it if it acknowledges that the Public Administration has to be at the very base. Spaces must be built in which the state can act as a platform that allows this autonomy to be exercised.

new categories/floating zones

Update: new categorization and instruments like “floating zone”

Nabil

Public space is more than just squares and one of the features of this law that I proposed seeks to promote a register of squares since we do not have one and neither do we have what we could call a categorization of squares because squares are very different from one another.

Renato

one possibility is changing the jurisdiction. An idea, for instance, is like delimiting a first nation territory or a quilombo* which is originated from an idea of autonomy, as if in that space different rules applied – including what relates to the institutionality of it.

*a quilombo: a Brazilian hinterland settlement founded by people of African origin, most of the inhabitants of quilombos (called quilombolas) were escaped slaves.

Laura

the demand for the creation of temporary autonomous zone – or even permanent ones – currently exists and urges for collective thinking.

shared management | co-management

Laura

today, in some city's spaces, there is already an informal shared management in place: it works like a gentlemen's agreement, but it would be interesting to formalize this type of citizenry autonomy arrangement. How can we make informal uses have support to keep happening? In the situation we live in, with the frequent judicialization of debates around the public space, is not simple. The collectives are sometimes referred to as a substitute of the Public Administration, referring to a neoliberal practice. What happens is that it is not about asking for an absence of the Public Administration, but proposing an exchange, a partnership, sharing. This is a situation that does not exist here – in the terms proposed in the Bologna Treaty in Italy, for instance, which created an openness, an entry door for people's effective participation. In Germany, for example, there is a continuity in agreements as they are made between administrations.

Nabil

from my point of view, it is actually a construction that does not start from an institutional dimension and that might become an institutionalized public policy, if it effectively incorporates participatory process within this public policy

José

I am investigating the impact of relationships generated by organizations in their surroundings. It is about the stakeholders and their power of interfering in decision making.

How can we acknowledge and legitimize the relationship between civil society and city hall and, eventually, make it a shared management model? We bump into some conflicts and obstacles: one of them is due to the absence of an institutionalized dialogue with city hall – not only in implementing the activities but in their financing, the active dwellers participation and in following up those actions.

What we are seeking is to legitimize society's action that is impacted by that organization – in this case, from the public authority – and ways that they can influence administrative decision making.

Pedro

we have very little overlap between urban and rural policies. It is very difficult to translate experiments done in more rural communities to urban centers. But then I found that maybe you do not have to translate it exactly to make a public policy. It is mainly about using the bottom-up elements in the construction of a macro policy. In Brazil, we advanced very little towards that direction. We have the users experience, of participation, but even in the most successful cases it is still very difficult for citizens to interact with the participatory process. It is very difficult to match bottom up with top down.

raumlabor

trying to integrate bottom-up and top down practices with the public administration is so ambitious that it may look naïve. Sometimes, having public institutions right beside you can be important to integrate and strengthen efforts.

BOLOGNA REGULATION

The city of Bologna, in Italy, created between 2013/2014, with the LabGov, the Bologna Regulation which provides for public collaboration between citizens and the city for the maintenance and renewal of common urban goods.

The document can be found in Italian and English in the following link:
www.comune.bologna.it/media/files/bolognaregulation.pdf

possibilities for cooperation

Throughout this conversation, we identified some processes that can be understood as shared management tools, inserted within a spectrum of what comes bottom-up and from top-down, considering: institutionalized spaces for public participation proposed by the Public Administration and spaces created by the civil society (informal at first).

- Large and legitimate participatory processes proposed by the Public Administration.
- Civil society organization that demonstrates need for something and claims a dialogue process between civil society and Public Administration.
- Civil society organization with self-management tools capable of starting dialogue and legitimate interaction, generating cooperation opportunities between the parties.
- Resistance as an opportunity for dialogue and creation.

Certainly, the agenda of shared management of public spaces has something learn from self-management of squatted buildings and land.

It is also essential to experiment with new models, looking at each specific case, in order to create new protocols to legitimate such experiences – whether through a symbolic narrative, in opposition to the hegemonic discourse of private property, or through a legal dispute by creating tools to legally protect new forms of alternative management. It can also be a possible solution to the typical problem of lack of Government agility to meet all the demands in a big city. We continue with our investigations: how to gather experiences and learning and turn prototypes into public policies? How to implement public policies by adapting the scale and needs of each territory?

FICHA TÉCNICA PUBLICAÇÃO

organização e design
Laura Sobral

contribuições org.
Marcella Arruda
Nathalie Badaoui

revisão português
Marcos Mauro Rodrigues

tradução inglês
Isabel de Aquino
Manuela Colombo
Marcella Arruda
Nathalie Badaoui

proofreading inglês
Samuel Hunter

AGRADECIMENTOS

Nabil Bonduki, Pedro Markun,
raumlabor e Renato Cymbalista

Goethe-Institut São Paulo

laboratório para outros urbanismos
Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de
São Paulo

Vila Ikororó Canteiro Aberto

demais associados do
Instituto A Cidade Precisa de Você

A CIDADE SÃO PAULO
PRESS 2017

A Cidade Press é o selo de
publicações do Instituto
A Cidade Precisa de Você.

INSTITUTO A CIDADE
PRECISA DE VOCÊ
the city needs you institute

acidadeprecisa.org





A CIDADE
PRECISA
DE VOCÊ

ACIDADEPRECISA.ORG